



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

INFORMAÇÃO nº: 112/2022 – Digem1

Brasília (DF), 16 de setembro de 2022.

PROCESSO nº: 2.510/2016

JURISDICIONADA: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF

ASSUNTO: Auditoria integrada

EMENTA: Auditoria integrada realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal – IPREV/DF. Decisão nº 3.281/2017: determinações e recomendações ao IPREV/DF, à Controladoria-Geral do Distrito Federal e ao Exmo. Governador do Distrito Federal, para a solução dos achados, bem como para o estabelecimento de uma rotina de acompanhamento anual do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência do DF por parte deste Tribunal. Pedido de reexame. Decisão nº 4.603/2018: reforma da Decisão nº 3.281/2017. Decisão nº 3.598/2019: cumprimento parcial das diligências, reiteração da parcela não atendida, com novas determinações e recomendação às jurisdicionadas. Decisão nº 972/2021: cumprimento parcial da Decisão nº 3.598/2019, determinações, recomendações e alertas às jurisdicionadas. Sobrestamento da apreciação de mérito das representações constantes do Processo nº 27.781/17 (apenso), até o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário nº 1.007.271-STF e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2018.00.2.002901-7 – TJDF. Decisão nº 428/2022: reiteração das determinações e novas deliberações aos órgãos e entidades envolvidos. Nesta fase: análise do cumprimento da deliberação plenária. Atendimento parcial. Reiterações de diligências e novas determinações.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos de Auditoria Integrada realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, com o objetivo de avaliar a gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF.

2. Os resultados da auditoria realizada foram consignados no Relatório Final de Auditoria, peça 29, sendo identificados os seguintes achados de auditoria:

Achado 1 – O IPREV/DF não realiza a gestão plena do RPPS/DF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Achado 2 – Base Cadastral Incompleta e Defasada:

- I. Inexistência de gestão das bases cadastrais e de acesso direto ao cadastro de todos os órgãos distritais;
- II. Ausência de campos relevantes na base cadastral utilizada na avaliação atuarial;
- III. Não confirmação da consistência de dados cadastrais mediante recenciamento previdenciário periódico;

Achado 3 – Gestão atuarial precária:

- I. Ausência de metodologia consistente para definição e realização de testes de aderência da taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais do IPREV/DF;
- II. Rentabilidades aferidas pelo IPREV/DF sistematicamente inferiores às metas estabelecidas nas respectivas avaliações atuariais;
- III. Déficit atuarial identificado com o uso do desempenho histórico de rentabilidade do IPREV/DF como premissa de juros na Avaliação Atuarial de 2015;
- IV. Impacto atuarial negativo da Lei Complementar nº 899/2015;
- V. Falhas de gestão que impactam a avaliação atuarial;

Achado 4 – Informações contábeis inadequadas e falha no acompanhamento das receitas de contribuições previdenciárias:

- I. Falha na elaboração do DIPR;
- II. Falha no controle e contabilização do repasse das contribuições;

Achado 5 – Gestão da carteira de investimentos ineficaz, pouco transparente e desproporcional aos valores aplicados:

- I. Falta de transparência na gestão de investimentos do RPPS;
- II. Descumprimento da política de investimentos e desempenho histórico inferior à meta;
- III. Interferências legislativas no patrimônio do DFPREV incompatíveis com a Política de Investimentos do IPREV/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

3. A partir dos trabalhos realizados, o Tribunal proferiu a Decisão nº 3.281/2017¹, peça 36, mediante a qual foram direcionadas determinações e recomendações ao IPREV/DF, à Controladoria-Geral do Distrito Federal e ao Exmo. Governador do Distrito Federal para a solução dos achados, bem como para o estabelecimento de uma rotina de acompanhamento anual do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência do DF por parte desta Casa.

4. Após deliberações plenárias acerca do cumprimento das determinações insertas na Decisão nº 3.281/2017², a Corte, em sua última manifestação nos autos, exarou a Decisão nº 428/2022, peça 256, com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II – considerar, em relação à Decisão n.º 972/2021: a) atendido o item “V-a”; b) parcialmente atendidos os itens “III-a”, “III-b” e “V-b”; c) não cumpridos os itens “V-c”, “VI-a” e “VI-b”; d) satisfatórias as medidas noticiadas em atenção ao item VII; III – determinar ao Sr. Governador do Distrito Federal e ao Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, prestem informações atualizadas sobre as medidas adotadas com vistas: a) à constituição de quadro efetivo de servidores do Iprev/DF, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar n.º 769/2008, haja vista a criação da carreira por meio da Lei Distrital n.º 6.777/2020, bem como a superação da data limite de vedação à realização de concurso público disposta no inciso V do art. 8º da Lei Complementar n.º 173/2020; b) ao atendimento da determinação constante do II, alínea “b” da Decisão n.º 3.281/2017, no sentido de que, ao realizarem o acerto de contas para a quitação ao Iprev/DF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares n.ºs 899/16 e 920/17, incluam na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor – FSG a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF; IV – recomendar ao Sr. Governador do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF que, ante as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2041, conforme Avaliação Atuarial de 2021, sejam adotadas medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal; V –

¹ Parcialmente reformada pela Decisão nº 4.603/2018, peça 102.

² Decisões nºs 3.598/19, peça 148, e 972/2021, peça 201.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

determinar ao Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, disponibilize acesso integral aos Processos SEI n.ºs 00413-00003255/2021-60, 00413-00002921/2021-42 e 00413-00003617/2021-12, mediante link com validade mínima de um ano; VI – determinar ao Iprev/DF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, informem o resultado da análise de viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido na Avaliação Atuarial de 2021, para financiamento do déficit técnico atual do Plano Previdenciário; VII – reiterar ao Iprev/DF: a) a determinação constante do inciso V, alínea “c”, da Decisão n.º 972/2021, no sentido de divulgar, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, as informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS n.º 519/11, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”; b) a determinação constante do inciso IV, alínea “a” da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada pelo inciso VI, alínea “a”, da Decisão n.º 972/2021, para que, doravante, inclua, nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados; c) a determinação assentada no inciso IV, alínea “b”, da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada no inciso VI, alínea “b”, da Decisão n.º 972/2021, de forma a adotar as providências necessárias, diante das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária, quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF por força da Lei Complementar n.º 917/2016 e da Lei n.º 5.729/2016, em especial os listados nos 6º e 7º blocos de imóveis do referido Plano, para a solução imediata das restrições existentes, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor, definidos no art. 73-A da Lei Complementar n.º 769/2008; VIII – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão: 1. ao Iprev/DF, ao Sr. Governador do Distrito Federal, à CLDF e à SEEC/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências em análise; 2. à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública – Semag/TCDF, para conhecimento do abordado nos parágrafos 15/23 da Informação n.º 6/2022 – Digem1; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins.”

5. Em atendimento à determinação constante da deliberação transcrita acima, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal encaminhou o Ofício nº 280/2022 – IPREV/PRESI, peça 290, e anexos, peças 266/289, com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

esclarecimentos parciais acerca dos tópicos indicados no *Decisum*. No mesmo expediente, o IPREV/DF solicitou dilatação do prazo para cumprimento dos itens VI e VII.b da mencionada Decisão. Após a concessão do pedido de prorrogação³, foi enviado ao Tribunal o Ofício nº 368/2022 – IPREV/PRESI, peça 329, acompanhados dos documentos de peças 321/328, no qual foram apresentadas informações adicionais em relação às diligências determinadas pela Corte.

6. Importa registrar que foram associados aos presentes autos cópia dos Processos SEI nºs 00413-00003255/2021-60, 00413-00002921/2021-42 e 004133-00003617/2021-12, disponibilizados pelo IPREV/DF em atendimento ao item V da Decisão nº 428/2022.

7. Ao seu turno, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal expediu o Ofício nº 3468/2022 – SEEC/GAB, peça 307, e anexos, peças 295/306, com os esclarecimentos que julgou pertinentes.

8. Também foram juntadas aos autos as informações apresentadas pela Consultoria Jurídica ao Gabinete do Governador por meio do Ofício nº 270/2022 – GAG/CJ, peça 314, que reuniu manifestações do IPREV/DF⁴ e da Secretaria de Estado de Economia do DF⁵, peças 317 e 319.

9. Esta fase processual cuida da verificação do cumprimento da aludida Decisão nº 428/2022, em face das novas informações e documentos trazidos aos autos. A fim de facilitar a análise, registraremos as manifestações das jurisdicionadas correlacionando-as com as deliberações plenárias.

I - Diligências da Decisão nº 428/2022

Item III.a “III – determinar ao Sr. Governador do Distrito Federal e ao Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, prestem informações atualizadas sobre as medidas adotadas com vistas: a) à constituição de quadro efetivo de servidores do Iprev/DF, em cumprimento à disposição contida no art. 109, § 3º, da Lei Complementar n.º

³ Despacho Singular 342/2022 – GCIM, peça 292.

⁴ Ofício nº 281/2022 – IPREV/PRESI.

⁵ Ofício nº 2971/2022 – SEEC/GAB.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

769/2008, haja vista a criação da carreira por meio da Lei Distrital n.º 6.777/2020, bem como a superação da data limite de vedação à realização de concurso público disposta no inciso V do art. 8º da Lei Complementar n.º 173/2020;”

Manifestação das jurisdicionadas (peças 290 e 314)

10. Por meio do Ofício nº 280/2022 – IPREV/PRESI, peça 290, o Instituto de Previdência dos Servidos do Distrito Federal apresenta os esclarecimentos prestados pela Gerência de Gestão de Pessoas daquele Instituto⁶ no sentido de que, uma vez superada a data restritiva de 31/12/2021, prevista na Lei Complementar nº 173/2020, foram iniciados os procedimentos para realização de concurso público, mediante a tramitação do Processo nº 00413-00001108/2021-55.

11. Noticia também a publicação da Portaria nº 89, de 08/03/2022, que autorizou a realização da seleção pública para provimento de 85 vagas do cargo de Analista Previdenciário. De igual forma, comunica ter sido constituído Grupo de Trabalho⁷ para realização de estudos técnicos objetivando a contratação de Instituição para o planejamento, organização e execução do aludido concurso público.

12. Por fim, informa que a “*previsão de realização do concurso é para este ano com a nomeação dos candidatos aprovados em 2023. Frente a isso também já foi solicitada a inclusão de autorização no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 – PLDO/2023 da referida despesa de pessoal pelo processo nº 00413-00001999/2022-21*”.

13. A Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, mediante o Ofício nº 270/2022 – GAG/CJ, peça 314, encaminhou ao Tribunal esclarecimentos obtidos junto ao IPREV/DF⁸ que reproduzem essencialmente as informações relatadas acima.

⁶ Despacho IPREV/DIAFI/COAD/GESP, peça 279.

⁷ Portaria nº 133 de 18/04/2022, publicada no DODF de 20/04/2022.

⁸ Ofício nº 281/2022 – IPREV/PRESI, peça 319.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Análise

14. Registra-se que, em consulta ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, verificamos que o mencionado Processo 00413-00001108/2021-55 foi encaminhado em **12/07/2022** à Comissão para Estudo do Quadro de Pessoal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal.

15. Embora o fato corrobore a informação prestada pelo IPREV/DF de que, vencido o impedimento temporal imposto pela Lei Complementar nº 173/2020, foram iniciados os procedimentos para realização de concurso público destinado à composição de seu quadro de pessoal, há de se ressaltar que o prazo envolvido até o momento na tramitação daqueles autos pode comprometer a previsão indicada pela jurisdição de realização do concurso ainda este ano. Outro aspecto que pode gerar impacto no prazo indicado pelo IPREV/DF para consecução do certame é o período eleitoral que ocorre no fim do presente exercício.

16. Em que pese o possível atraso em relação à previsão constante do expediente de peça 290, entendemos que a diligência determinada pelo Tribunal foi cumprida. Ademais, há de se registrar que, nos termos do art. 259 do RI/TCDF⁹, quando da efetiva divulgação do edital do concurso público a fiscalização deste Controle Externo terá continuidade, motivo pelo qual neste momento entendemos não ser necessária a adoção de medidas adicionais.

Item III.b “III – determinar ao Sr. Governador do Distrito Federal e ao Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, prestem informações atualizadas sobre as medidas adotadas com vistas: b) ao atendimento da determinação constante do II, alínea “b” da Decisão n.º 3.281/2017, no sentido de que, ao realizarem o acerto de contas para a

⁹ Art. 259. O Tribunal apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, na forma estabelecida em normativos próprios, os atos de:

I - admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público distrital, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

II - concessão de aposentadorias, reformas e pensões a servidores públicos civis e militares ou a seus beneficiários, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

quitação ao Iprev/DF dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares n.ºs 899/16 e 920/17, incluam na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor – FSG a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF;”

Manifestação das jurisdicionadas (peças 290, 303 e 314)

17. A esse respeito, informa o IPREV/DF, peça 290, ser necessária a reavaliação dos imóveis nos termos da Lei Complementar nº 917/2016 e que para efetivação desse mister, por meio do Processo SEI nº 00413-00003255/2021-61, foram adotadas providências para contratação de “*empresa especializada para avaliação dos imóveis a fim de se atualizar os valores dos imóveis e se necessário, corrigir a diferença de rentabilidade*”¹⁰.

18. Por sua vez, a Secretaria de Economia do DF reforça a manifestação encaminhada quando do atendimento da Decisão nº 972/2021 na qual foi consignado que a quitação dos valores utilizados do antigo Fundo Capitalizado foi realizada por meio da transferência de imóveis, sem envolver aportes do tesouro distrital. Acrescenta que, após a avaliação dos imóveis informada pelo IPREV/DF como necessária para realização da recomposição, “*caso sejam necessários ajustes nos instrumentos orçamentários para fins de recomposição ao Fundo Solidário Garantidor – FSG dos valores do antigo Fundo Capitalizado, essa Secretaria Executiva tomará as providências para sua realização*”, Memorando nº 158/2022 - SEEC/SEORC, peça 303.

Análise

19. Conforme registrado na Informação nº 6/2022 – Digem1, peça 249, o IPREV/DF utiliza, desde a resposta ofertada em face da diligência proferida na

¹⁰ A mesma informação consta do Ofício nº 281/2022 – IPREV/PRESI, peça 319, encaminhado ao Tribunal pela Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, mediante o Ofício nº 270/2022 – GAG/CJ, peça 314.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Decisão nº 3.281/2017, a necessidade de avaliação dos imóveis como justificativa para a falta de realização do acerto de contas para quitação ao Instituto dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado.

20. Em sua manifestação anterior, peça 246, o IPREV/DF informou ter solicitado à TERRACAP e ao BRB a realização da avaliação dos imóveis. Tais esclarecimentos foram analisados pelo Corpo Técnico desta Casa nos seguintes termos¹¹:

“11. Em resposta à diligência prolatada na Decisão nº 3.281/17, na fase processual anterior à presente, o IPREV/DF já justificava a falta de realização do acerto de contas para quitação ao Instituto dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado em razão da inconclusão da segunda avaliação dos imóveis. Compulsando o Processo SEI 00413-00003040/2019-24, verificamos que, em 24.08.2020, no Despacho – TERRACAP/DICOM/GEPEA/NUPEA, o Núcleo de Pesquisa e Avaliação encaminhou os laudos de avaliação dos imóveis relacionados no quadro resumo, fl. 76 da peça 235. No aludido documento, o Núcleo destacou que alguns imóveis não puderam ser avaliados, conforme relacionado no quadro abaixo.

Quadro dos imóveis não avaliados pela TERRACAP

| Item | Imóvel | Tipo | Situação |
|------|---|------------------|----------------------|
| 5 | SHI/N QI 13 lt B | Terreno | Vazio ¹ |
| 18 | SHS QD. 2 BLOCO I e j, 2º subsolo, 52 vagas | Vagas de garagem | Ocupado ² |
| 29 | SQS 203 BLOCO A APTO 502 | Apto funcional | Ocupado ² |
| 31 | SQS 203 BLOCO A APTO 504 | Apto funcional | Ocupado ² |
| 35 | SQS 203 BLOCO A APTO 403 | Apto funcional | Ocupado ² |
| 36 | SQS 203 BLOCO A APTO 404 | Apto funcional | Ocupado ² |
| 37 | SQS 203 BLOCO A APTO 203 | Apto funcional | Ocupado ² |
| 38 | SQS 203 BLOCO A APTO 204 | Apto funcional | Ocupado ² |
| 39 | SQS 315 bloco C ap 604 | Apto funcional | Ocupado ² |
| 43 | SQS 403 BLOCO O APTO 102 | Apto funcional | Ocupado ² |

¹¹ Informação nº 6/2022 – Digem1, peça 249.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

1. A destinação atribuída ao imóvel pela legislação vigente (UE9-Ponto de Atração da Região Administrativa do Lago Norte - vide Arts. 38 a 40, LC nº 948/2019 - Doc. SEI/GDF 32656282 - página13) especifica que esta unidade imobiliária "têm forma de ocupação e distribuição de atividades definidas em plano de ocupação" (LC 948/2019 Art. 39). Não há no processo informações sobre emissão de tal documento determinando destinação e aproveitamento do terreno, variáveis indispensáveis para a precificação de bens imóveis na região.

2. Os bens não puderam ser vistoriados por estarem ocupados.

12. A formalização da contratação da TERRACAP para a realização dos serviços de avaliação/reavaliação de imóveis foi autorizada e o Plano de Trabalho e a Minuta contratual aprovados, na Decisão da Diretoria Colegiada ocorrida em 03.03.2021, fls. 132 da peça 235. O Contrato de Prestação de Serviços nº 17/2021- CACI foi encaminhado ao IPREV para assinatura do Instituto.

13. Contudo, a partir das informações constantes do Processo SEI 00413-00003040/2019-24, verificamos que a dificuldade em concluir a avaliação de todos os imóveis, imprescindível para promoção do ajuste da diferença de rentabilidade, advém da falta de acesso aos bens que estavam ocupados, com exceção do terreno situado no SHI/N QI 13 Lt B, cujo impedimento decorre da incerteza de destinação e de aproveitamento do referido.

14. Dados os óbices encontrados na solução das questões, em especial, as pendências existentes para proceder a avaliação de alguns imóveis, a falta de rentabilidade desses bens e a dificuldade de definir outros imóveis com potencial de monetização para serem permutados por aqueles com restrições, vislumbramos necessária convergência da atuação de diversas pastas para realização do acerto de contas determinado pela Corte de Contas. Ante a inconclusão das medidas, sugerimos a renovação da determinação para que haja prosseguimento das tratativas e atuações das áreas competentes."

21. Nesta assentada, a jurisdicionada noticia a existência do Processo 00413-00003255/2021-61 no qual se busca a contratação de empresa para realização da avaliação dos aludidos imóveis.

22. Em atendimento ao item V da Decisão nº 428/2022, o IPREV/DF disponibilizou o acesso aos referidos autos¹².

23. Compulsando os documentos disponibilizados, verificamos que, em **05/09/2022**, foi homologado o resultado do Pregão Eletrônico nº 116/2022 que teve por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de

¹² Cópia do Processo 00413-00003255/2021-61 encontra-se associada aos presentes autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

avaliação de imóveis de propriedade do Fundo Solidário Garantidor vinculado ao IPREV/DF, sendo vencedora a empresa PR1 Engenharia Ltda. pelo valor de R\$ 19 mil¹³.

24. Considerando a informação de que é necessária a avaliação dos imóveis para atendimento da determinação constante do item II.b da Decisão nº 3.281/2017 e tendo em vista a demonstração de medidas efetivas com tal finalidade, entendemos satisfatórias as medidas noticiadas pela jurisdicionada para que a deliberação inserta no item III.b da Decisão nº 428/2022 seja plenamente atendida.

25. Todavia, como ainda não houve a recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor – FSG, julgamos oportuno reiterar ao IPREV/DF que informe a esta Casa o resultado da avaliação dos imóveis a ser realizada pela empresa contratada por meio do Pregão Eletrônico nº 116/2022 e as medidas subsequentes para o completo atendimento da deliberação constante do item II.b da Decisão nº 3.281/2017.

Item IV “IV – recomendar ao Sr. Governador do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF que, ante as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2041, conforme Avaliação Atuarial de 2021, sejam adotadas medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal;”

Manifestação das jurisdicionadas (peça 314)

26. O Ofício nº 270/2022 -GAG/CJ, peça 314, encaminhado ao Tribunal pela Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, apenas faz menção às informações prestadas pelo IPREV/DF e pela Secretaria de Estado de Economia do DF. Não houve no aludido expediente qualquer alusão acerca da recomendação

¹³ Fls. 716/717 – Processo 00413.00003255/2021-61.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

inserta no item IV da Decisão nº 428/2022. De igual maneira a Câmara Legislativa também não se pronunciou¹⁴.

Análise

27. Não obstante a ausência de manifestação, importa registrar o encaminhamento pelo IPREV/DF do Relatório de Avaliação Atuarial 2022, data-base 31/12/2021, peça 323. No aludido documento é indicado o desequilíbrio atuarial do Plano Previdenciário e recomendada a implementação de plano de equacionamento para amortização do déficit:

“Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano Previdenciário do IPREV DF, em 31 de dezembro de 2021, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial. Portanto recomenda-se a implementação de um plano de equacionamento para a amortização do Déficit Técnico e prospecção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial. Além do mais, é importante adotar medidas que venham a reduzir o Déficit Atuarial, tais como o levantamento da informação referente ao Tempo de Contribuição a outros regimes previdenciários anteriormente à admissão dos servidores, bem como a viabilização de aporte de recursos ao fundo.”

28. No tópico “Equacionamento do Déficit Atuarial”, o aludido Relatório de Avaliação Atuarial 2022 sugere a implementação de alíquota suplementar de 13,35% por 35 anos (até 2056), fls. 24/25 – peça 323. Observe-se que, em relação ao Relatório de Avaliação Atuarial de 2021, houve um incremento na sugestão da alíquota suplementar necessária para amortização do déficit técnico do Plano Previdenciário e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial¹⁵, demonstrando um agravamento da situação.

29. Na última assentada, este Corpo Técnico registrou a ausência de ações tangíveis no intuito de implementação de providências para melhoria do

¹⁴ A Câmara Legislativa do Distrito Federal foi cientificada da Decisão nº 428/2022 por meio do Ofício nº 922/2022 – GP, peças 260 e 263.

¹⁵ Naquela oportunidade, foi sugerida uma alíquota suplementar de 11,95% também por 35 anos.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

equilíbrio atuarial. Nesse sentido, além da reiteração da diligência, foi sugerida a ciência da Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública desta Casa.

30. Nesta oportunidade, também não houve a apresentação de qualquer medida concreta para saneamento da questão. Na realidade, as jurisdicionadas sequer se manifestaram a respeito. Considerando que as medidas a serem adotadas para enfrentamento da situação fiscal desfavorável ao erário distrital carecem de deliberação legislativa e atuação política e tendo em vista a relevância do tema, bem como a extensão das providências necessárias, entendemos necessário renovar a recomendação.

Item V “V – determinar ao Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, disponibilize acesso integral aos Processos SEI n.ºs 00413-00003255/2021-60, 00413-00002921/2021-42 e 00413-00003617/2021-12, mediante link com validade mínima de um ano;”

Manifestação das jurisdicionadas (peça 290)

31. Por meio do Ofício nº 280/2022 – IPREV/PRESI, peça 290, foi comunicada a disponibilização do acesso aos Processos SEI-GDF nºs 00413-00003255/2021-60, 0041-00002921/2021-42 e 00413-00003617/2021-12, conforme comprovantes de peça 285.

Análise

32. O IPREV/DF atendeu à deliberação plenária, sendo associado aos presentes autos cópia dos processos encaminhados.

33. O Processo 00413-0003255/2021-60 trata da contratação de empresa para realização de avaliação dos imóveis relacionados abaixo de propriedade do Fundo Solidário Garantidor vinculado ao IPREV/DF:

| Item | Imóvel | Tipo | Situação |
|------|---|---------|----------|
| 1 | Polo JK Gleba 4 – Faz. Saia Velha – Sta. Maria | Gleba | Vazio |
| 2 | Polo JK Gleba 11 – Faz. Saia Velha – Sta. Maria | Gleba | Vazio |
| 3 | SAI Gleba 1 – Jôquei Clube | Gleba | Vazio |
| 4 | SMAS Trecho 3, Lote 9-B – Asa Sul | Terreno | Vazio |
| 5 | SHI/N QL 13, lote B | Terreno | Vazio |
| 6 | Rua Babaçu, lote 1 – Águas Claras | Terreno | Vazio |

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

| Item | Imóvel | Tipo | Situação |
|------|--|------------------|------------|
| 7 | SHI/N QI 04, lote D | Terreno | Vazio |
| 8 | SAMAMBAIA QS 401 AE 01 | Terreno | Vazio |
| 9 | SIA TRECHO 1 LOTES 460, 470, 480 e 490 | Edificado/Galpão | Vazio |
| 10 | SAMAMBAIA QN 319 AE 01 | Terreno | Vazio |
| 11 | SHRF II quadra central 01 AE 1, lote 1 – RIACHO FUNDO II | Terreno | Vazio |
| 12 | CLNW 06/07, lote H – Noroeste | Terreno | Vazio |
| 13 | CLNW 06/07, lote I – Noroeste | Terreno | Vazio |
| 14 | CLNW 06/07, lote J – Noroeste | Terreno | Vazio |
| 15 | CLNW 06/07, lote K – Noroeste | Terreno | Vazio |
| 16 | SGO QD. 4 AE LOTE 11 | Edificado/Galpão | Vazio |
| 17 | SHIS QL 10, CONJ 8 CASA 5 | Casa Funcional | Vazio |
| 18 | SHS QD. 2 BLOCO I e j, 2º subsolo, 52 vagas | Vagas de Garagem | Ocupado |
| 19 | SQS 315 BLOCO G APTO 601/602 | Apto Funcional | Desocupado |
| 20 | SQS 315 BLOCO G APTO 607/608 | Apto Funcional | Desocupado |
| 21 | SIA TRECHO 4, LOTE 1000 | Edificado/Galpão | Desocupado |
| 22 | SIA TRECHO 4, LOTE 1010 | Edificado/Galpão | Desocupado |
| 23 | SIA TRECHO 4, LOTE 1020 | Edificado/Galpão | Desocupado |
| 24 | SIA TRECHO 4, LOTE 1030 | Edificado/Galpão | Desocupado |
| 25 | SIA TRECHO 4, LOTE 1040 | Edificado/Galpão | Desocupado |
| 26 | SIA TRECHO 4, LOTE 1050 | Edificado/Galpão | Desocupado |
| 27 | SIA TRECHO 4, LOTE 1060 | Edificado/Galpão | Desocupado |
| 28 | SQS 203 BLOCO A APTO 501 | Apto Funcional | Desocupado |
| 29 | SQS 203 BLOCO A APTO 502 | Apto Funcional | Ocupado |
| 30 | SQS 203 BLOCO A APTO 503 | Apto Funcional | Desocupado |
| 31 | SQS 203 BLOCO A APTO 504 | Apto Funcional | Ocupado |
| 32 | SQS 203 BLOCO A APTO 603 | Apto Funcional | Desocupado |
| 33 | SQS 203 BLOCO A APTO 301 | Apto Funcional | Desocupado |
| 34 | SQS 203 BLOCO A APTO 303 | Apto Funcional | Desocupado |
| 35 | SQS 203 BLOCO A APTO 403 | Apto Funcional | Ocupado |
| 36 | SQS 203 BLOCO A APTO 404 | Apto Funcional | Ocupado |
| 37 | SQS 203 BLOCO A APTO 203 | Apto Funcional | Ocupado |
| 38 | SQS 203 BLOCO A APTO 204 | Apto Funcional | Ocupado |
| 39 | SQS 315 BLOCO C APTO 604 | Apto Funcional | Ocupado |
| 40 | SQS 215 BLOCO E APTO 403 | Apto Funcional | Desocupado |
| 41 | SQS 215 BLOCO E APTO 202 | Apto Funcional | Desocupado |
| 42 | SQS 215 BLOCO E APTO 107 | Apto Funcional | Desocupado |
| 43 | SQS 403 BLOCO O APTO 102 | Apto Funcional | Ocupado |
| 44 | QD 14, CONJUNTO A-9 LOTE 12, SOBRADINHO | Casa Funcional | Desocupado |

Fonte: Edital do Pregão Eletrônico nº 116/2022

34. Para tanto, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 116/2022, sagrando-se vencedora a empresa PR1 Engenharia Ltda. pelo valor de R\$ 19 mil. O resultado da licitação foi homologado em **05/09/2022**.

35. O Processo SEI 00413-00002921/2021-42 foi instruído para tratar de Projeto de Lei que altera e dispõe sobre a gestão e exploração dos bens imóveis

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

incorporados ao Fundo Solidário Garantidor, vinculado ao IPREV/DF. A justificativa para apresentação do aludido Projeto foi “a elevada restrição de rentabilidade incidente sobre alguns dos imóveis e terrenos provenientes do GDF”¹⁶.

36. De acordo com o último documento produzido naquele Processo¹⁷, não houve prosseguimento do feito em razão de decisão estratégica do IPREV/DF que optou por incluir a autorização para exploração dos imóveis na revisão da Lei Complementar nº 932/2017, objeto do Processo SEI 00413-00005576/2021-07. Assim, julgamos oportuno requisitar acesso ao referido processo para acompanhamento das providências adotadas.

37. Por sua vez, o Processo 00413-00003617/2021-12 trata da permuta de imóveis incorporados ao FSG que apresentavam a probabilidade de não gerar a rentabilidade projetada.

38. Mediante os Ofícios nºs 46/2022 – IPREV/PRESI e 214/2022 – IPREV/PRESI¹⁸, o Instituto de Previdência comunicou a situação à Secretaria de Estado de Economia, relacionando os imóveis cuja permuta era solicitada, no valor total de R\$ 91.750.300,00, e o motivo para tanto, a saber:

| Item | Imóvel | Motivo para permuta |
|------|------------------------|--|
| 1 | SHI/N QL13 LOTE B | SEGETH apresentou projeto de contratação de masterplan em estágio final, demonstrando grande interesse na área |
| 2 | SHI/N QI 04 LOTE D | Área invadida e com elevada restrição de uso |
| 3 | SAMAMBAIA QN 319 AE 01 | Ocupado pela Administração Regional de Samambaia (campo de futebol utilizado amplamente pela comunidade local), que demonstrou interesse pela área; valor do aluguel insuficiente para monetizar o ativo de forma razoável |
| 4 | SGO QD 4 AE LOTE 11 | Ocupado pelo SAMU; área com elevada restrição de uso (inserido no CUB); valor do aluguel insuficiente para monetizar o ativo de forma razoável |

¹⁶ Fl. 2 – Processo 00413-00002921/2021-42.

¹⁷ Despacho - IPREV/DIRIN/UFSG de 02/05/2022, fl. 8 – Processo 00413-00002921/2021-42.

¹⁸ Fls. 5/6 e 51/52 – Processo 00413-00003617/2021-12.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

| Item | Imóvel | Motivo para permuta |
|------|---|---|
| 5 | SQS 203 BLOCO A APTO 502 | Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado |
| 6 | SQS 203 BLOCO A APTO 403 | Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado |
| 7 | SQS 203 BLOCO A APTO 404 | Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado |
| 8 | SQS 203 BLOCO A APTO 204 | Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador para comunicar sobre opção de compra; morador entrou depois de 2008, não está no grupo dos que exigiram o direito de compra; poderia entrar na 1ª fase (verificar se todos os funcionais ocupados serão tratados da mesma forma) |
| 9 | SQS 203 BLOCO A APT 203 | Pendências de condomínio totalizando R\$ 3mil; responsabilidade do GDF; Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador para comunicar sobre opção de compra; morador entrou depois de 2008, não está no grupo dos que exigiram o direito de compra; poderia entrar na 1ª fase (verificar se todos os funcionais ocupados serão tratados da mesma forma) |
| 10 | SQS 203 BLOCO A APTO 504 | Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador tem interesse em comprar; poderia entrar na 1ª fase |
| 11 | SQS 315 BLOCO C APTO 604 | Ocupado; direito de preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado; encontra-se na PGDF; imóvel com elevada pendência financeira (taxas de ocupação, condominial, TLP, entre outras) |
| 12 | SQS 403 BLOCO O APTO 102 | Ocupado; direito de preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial favorável a ocupantes, mas ainda sem trânsito em julgado |
| 13 | SHS QD. 2 BLOCO I e J, 2º subsolo, 52 vagas | GDF ganhou causa no passado e recebeu em vagas; possui dívida antiga de condomínio e de IPTU (~R\$ 50 mil) que o GDF tem cobrado o Hotel inclusive o contrato de concessão para análise. Dívida de IPTU/TLP de 1999/2000 em torno de R\$ 50 mil; processos judiciais: 0410.00418/2013 (questionamento sobre preço público); MP 2012.01.1.149921-9 2ª VFPDF (manutenção de posse, construção em terreno público) |

Fonte: Ofícios nºs 46/2022 – IPREV/PRESI e 214/2022 – IPREV/PRESI



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

39. Em resposta, a Secretaria de Economia¹⁹ encaminhou manifestação da Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário²⁰, vinculada àquela Pasta, no sentido que a transferência dos imóveis relacionados na Lei Complementar 917/2016 e na Lei 5.279/2016 ao patrimônio do IPREV/DF era objeto do Processo SEI 00410-0002673/2018-19. No que concerne à permuta requerida pelo Instituto, aquela Subsecretaria apenas informou que não lhe cabia manifestar-se sobre o tema.

40. Na sequência, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal sugeriu a sua inclusão nas discussões realizadas no mencionado Processo SEI 00410-00002673/2018-19, haja vista o seu interesse na matéria. Além disso, solicitou o encaminhamento do pleito relativo à permuta dos imóveis à área competente para atendimento, *“levando em consideração a importância do ingresso destes recursos que são imprescindíveis para diminuir os déficits financeiros e atuarial do Sistema Previdenciário do Distrito Federal. Baseio-me, nesse sentido, em sistema de monetização e rentabilização de ativos que implique ampliação de suas reservas patrimoniais nos termos do art. 73-A do supradito instrumento normativo”*²¹.

41. Em **01/09/2022**, a Assessoria de Gabinete da Secretaria de Economia do Distrito Federal encaminhou os autos para análise da Subsecretaria de Contabilidade daquela Pasta a fim de que fosse realizado o levantamento de imóveis com características livres e desembaraçadas e capazes de serem permutados na forma requerida pelo IPREV/DF²². Até a presente data, não consta do Processo 00413-00003617/2021-12 o aludido levantamento.

42. Considerando a relevância da permuta dos imóveis para que se garanta a rentabilidade necessária ao FSG, faz-se necessário determinar ao IPREV/DF que mantenha o Tribunal informado acerca do desenvolvimento das medidas a esse respeito.

¹⁹ Ofício nº 3963/2022 – SEEC/GAB, fl. 77 – Processo 00413-3617/2021-12.

²⁰ Despacho – SEEC/SPLAN/SPI, fl. 75 – Processo 00413-3617/2021-12.

²¹ Ofício nº 417/2022 – IPREV/PRESI, fls. 83/84 – Processo 00413-3617/2021-12.

²² Fl. 95 – Processo 00413-3617/2021-12.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Item VI “VI – determinar ao Iprev/DF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, informem o resultado da análise de viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido na Avaliação Atuarial de 2021, para financiamento do déficit técnico atual do Plano Previdenciário;”

Manifestação das jurisdicionadas (peças 306, 307, 328 e 329)

43. Por meio do Ofício nº 3468/2022 – SEEC-GAB, peça 307, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal encaminhou a manifestação da Secretaria Executiva de Orçamento vinculada àquela Pasta, peça 306, na qual é informado que, caso a sugestão apresentada na Avaliação Atuarial de 2021, relativa à aplicação de alíquota suplementar de 11,95%, seja aceita e seja adotado o plano de equacionamento do déficit atuarial, os instrumentos orçamentários serão adequados para viabilização de tal plano.

44. Embora o IPREV/DF tenha solicitado prorrogação de prazo para atendimento de diligências da Decisão nº 428/2022, dentre elas a constante do item VI, nas informações complementares encaminhadas, peças 328 e 329, não há qualquer análise acerca da viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido no Relatório de Avaliação Atuarial de 2021.

Análise

45. A diligência relativa à análise da viabilidade econômico e financeira do plano de equacionamento constante da Avaliação Atuarial de 2021 foi direcionada ao IPREV/DF e à Secretaria de Economia do Distrito Federal. O primeiro não se pronunciou acerca da deliberação plenária. De parte da SEEC/DF, não houve análise acerca da viabilidade, sendo apresentada apenas a informação de que, caso o plano ali sugerido seja adotado, os instrumentos orçamentários serão adequados.

46. Nos termos mencionados nos parágrafos 27/28, foi encaminhado o Relatório de Avaliação Atuarial para 2022, peça 323, que também indica déficit técnico



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

e sugere plano de equacionamento similar ao de 2021, porém, com proposta de aplicação de alíquota suplementar superior (13,75%).

47. Há de se ressaltar que a ausência de adoção de plano de equacionamento do déficit atuarial identificado nas avaliações de 2020, 2021 e 2022, contrariam as disposições do art. 53 da Portaria MF nº 464, de 2018, verbis:

“Art. 53. No caso de a avaliação atuarial de encerramento do exercício apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento.

§ 1º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do déficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

§ 2º O equacionamento do déficit atuarial poderá consistir:

I - em plano de amortização com contribuição suplementar, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - em segregação da massa; e

III - complementarmente, em:

a) aporte de bens, direitos e ativos, observado o disposto no art. 62;

b) aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios; e

c) adoção de medidas que visem à melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do RPPS e da identificação e controle dos riscos atuariais do regime, conforme art. 73.

§ 3º Poderá ser implementado plano de equacionamento sem considerar o grupo de beneficiários que se enquadre na situação prevista no § 4º do art. 42, cujo pagamento dos benefícios deverá ser mantido diretamente pelo Tesouro.

§ 4º Em caso de déficit atuarial, poderá ser mantida a alíquota de contribuição relativa à cobertura do custo normal mesmo sendo esta superior àquela determinada pelo método de financiamento utilizado, para fins de amortização do déficit.

§ 5º A proposta do plano de equacionamento do déficit deverá ser disponibilizada pela unidade gestora do RPPS, juntamente com o estudo técnico que a fundamentou, aos beneficiários do RPPS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

§ 6º O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

§ 7º Para garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, as contribuições relativas ao plano de amortização do déficit não são computadas para fins de verificação do limite previsto no art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998.”

48. Ante a permanência do déficit técnico e em face da ausência de manifestação sobre a viabilidade do plano de equacionamento constante da Avaliação Atuarial, entendemos que a determinação do Tribunal não foi cumprida, motivo pelo qual sugerimos a renovação da diligência com a atualização para a Avaliação Atuarial de 2022.

49. Uma vez que a referida deliberação plenária já foi encaminhada à jurisdicionada por duas vezes (item V.b da Decisão nº 972/2021 e item VI da Decisão nº 428/2022), entendemos necessário a emissão de alerta quanto à possibilidade de aplicação de sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/94²³.

Item VII. a “VII – reiterar ao Iprev/DF: a) a determinação constante do inciso V, alínea “c”, da Decisão n.º 972/2021, no sentido de divulgar, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, as informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS n.º 519/11, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”;

Manifestação da jurisdicionada (peça 290)

50. No Ofício nº 280/2022 – IPREV/PRESI, peça 290, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal esclarece que tanto as informações relativas às autorizações de aplicação e de resgate quanto àquelas que dizem respeito à carteira de investimentos estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

²³ Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

(...)

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou de decisão do Tribunal;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

<https://www.iprev.df.gov.br/autorizacao-de-aplicacao-e-resgate-apr/>

<https://www.iprev.df.gov.br/carteira-de-investimento/>.

Análise

51. Na última assentada, foi observada uma defasagem nos dados publicados nos mesmos endereços eletrônicos ora disponibilizados pelo IPREV/DF²⁴. Naquela oportunidade, a jurisdicionada buscou justificar o atraso observado na divulgação pela necessidade de envio dos extratos pelos fundos para conferência da aplicação e do resgate. Aduziu aquele Instituto que os administradores dos Fundos teriam 30 dias, prorrogáveis por 180 dias, para remessa dos extratos.

52. Na Informação nº 06/2022 – Digem1, foram destacadas as disposições das Instruções da Comissão de Valores Mobiliário acerca da obrigatoriedade de remessa mensal do extrato de conta aos cotistas pelo administrador do fundo:

“(…) Compulsando a legislação mencionada para fundamentar a contraposição apresentada, verificamos que o citado art. 68 da Instrução CVM 409/2004²⁵, mencionada pelo IPREV/DF, previa a obrigatoriedade de remessa mensal do extrato de conta aos cotistas pelo administrador do fundo. No caso do fundo possuir posições ou operações em curso que pudessem vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, conforme previsto no § 2º do art. 68 da mesma norma²⁶,

²⁴ A consulta aos sítios eletrônicos foi realizada pelo Corpo Técnico em janeiro de 2022 e os dados disponíveis referiam-se a outubro de 2021.

²⁵ Nota de rodapé 1 do original: “Art. 68. O administrador do fundo está obrigado a:

...

II – remeter mensalmente aos cotistas extrato de conta contendo:

...”

²⁶ Nota de rodapé 2 do original: “Art. 68. O administrador do fundo está obrigado a:

... II – remeter mensalmente aos cotistas extrato de conta contendo: ...

§1º Caso o fundo possua posições ou operações em curso que possam vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, o demonstrativo da composição da carteira poderá omitir a identificação e quantidade das mesmas, registrando somente o valor e sua percentagem sobre o total da carteira.

§ 2º As operações omitidas com base no parágrafo anterior deverão ser divulgadas na forma do inciso III do caput no prazo máximo de:

I – 30 (trinta) dias, improrrogáveis, nos fundos das classes “Curto Prazo” e “Referenciado”; e

II – nos demais casos, 90 (noventa) dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

essas operações poderão ser divulgadas no prazo máximo de 30 dias improrrogáveis, nos fundos das classes 'Curto Prazo' e 'Referenciado'; e, nos demais casos, 90 (noventa) dias após o encerramento do mês, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, em caráter excepcional, e com base em solicitação fundamentada submetida à aprovação da CVM, até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias).

35. Com teor convergente, a Instrução CVM 555, de 17.12.2014, que revogou a de nº 409/2004, estabelece a remessa mensal do extrato ao investidor pelo administrador²⁷, a não ser no caso de fundos que não ofereçam liquidez diária a seus cotistas, em periodicidade compatível com a liquidez do fundo, desde que expressamente previsto em seu regulamento, conforme previsto no Art. 56, Inciso I, alínea b.

36. Sendo assim, a regra é a remessa mensal dos extratos. Nesse sentido, a disponibilização das informações tempestiva dos formulários e carteira de investimentos asseguram transparência da gestão dos recursos. Ante a persistente falta de observância da exigência legal, sugerimos reiteração da determinação plenária. No caso da infringência de prazos decorrer de atrasos por parte dos fundos, se impõe ao Instituto a adoção de medidas cabíveis para ter cumpridas as obrigações legais.”

(grifamos)

53. No expediente de peça 290, buscando atender a deliberação constante do item VII.a da Decisão nº 428/2022, o IPREV/DF limitou-se a informar o endereço eletrônico em que as informações estariam disponibilizadas sem qualquer menção à periodicidade ou justificativa para eventual atraso.

prorrogado uma única vez, em caráter excepcional, e com base em solicitação fundamentada submetida à aprovação da CVM, até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias).”

²⁷ Nota de rodapé 3 do original:

“Art. 56. O administrador do fundo é responsável por:

...

II – disponibilizar aos cotistas, mensalmente ou no período previsto no regulamento para cálculo e divulgação da cota, conforme disposto no inciso I, alínea “b”, extrato de conta contendo:

- a) nome do fundo e o número de seu registro no CNPJ;
- b) nome, endereço e número de registro do administrador no CNPJ;
- c) nome do cotista;
- d) saldo e valor das cotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo do mês;
- e) rentabilidade do fundo auferida entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato;
- f) data de emissão do extrato da conta; e
- g) o telefone, o correio eletrônico e o endereço para correspondência do serviço mencionado no inciso VII do art. 90.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

54. Ao consultarmos os mencionados *sites*, verificamos que, até a presente data, estão disponibilizadas as autorizações de aplicações e resgates, bem como a carteira de investimentos, até o mês de **junho/2022**, permanecendo a defasagem observada na assentada anterior.

55. As informações disponíveis não atendem ao disposto na Portaria MPS 519/11, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b e “c”, que determina a publicação no prazo de até 30 dias contados da respectiva aplicação/resgate e, no caso da carteira de investimentos, de até 30 dias após o encerramento do mês para a publicação. Sendo assim, nesta data, deveriam estar disponíveis as autorizações de aplicações e resgates relativas aos meses de julho e agosto²⁸. Em relação à carteira de investimentos, deveria haver formulário relativo ao mês de julho.

56. Assim, faz-se necessário reiterar a determinação constante do item VII.a da Decisão nº 428/2022, com alerta para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 1/94²⁹.

Item VII. b “VII – reiterar ao Iprev/DF: b) a determinação constante do inciso IV, alínea “a” da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada pelo inciso VI, alínea “a”, da Decisão n.º 972/2021, para que, doravante, inclua, nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados;”

²⁸ Aquelas realizadas até o dia 16 de agosto.

²⁹ Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

(...)

VII – reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.”


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Manifestação da jurisdicionada (peças 323,326, 328 e 329)

57. No Ofício nº 368/2022 - IPREV/PRESI, peça 329, o IPREV/DF informa que os esclarecimentos requeridos pelo Tribunal constam do Ofício nº 016/2022 elaborado pela Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária.

58. Destaca-se do parecer elaborado pela empresa de consultoria, peça 328, os seguintes excertos:

“2. Manifestação Atuarial

O Fundo Solidário Garantidor é destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias do Fundo Financeiro de Previdência Social e do Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal. Inicialmente foi composto por todo o patrimônio existente na data da publicação da Lei Complementar nº 932/2017, vinculado ao antigo Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV. Para efeito deste cálculo atuarial, considerou-se que este Fundo conta com um patrimônio de R\$ 3.562.777.337,52 e receberá as seguintes receitas:

- *Rentabilidade decorrente da aplicação do patrimônio deste Fundo, com valores projetados considerando rentabilidade real anual de 1,06%, conforme política de investimentos para o exercício 2022;*
- *Receita decorrente de aluguéis estimada em R\$ 166.800,62 anuais;*
- *Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP estimados em R\$ 52.843.701,34 anuais*

Tais valores estão demonstrados na tabela a seguir, de acordo com informações recebidas por esta consultoria:

| Período | Saldo Início mês | Rentabilidade | Dividendos + JCP | Aluguéis | Dívida Ativa | PPP + Concessões | Saldo final mês |
|------------|------------------|----------------|------------------|-----------|--------------|------------------|------------------|
| 01/01/2021 | 3.677.594.614,98 | -19.662.457,51 | 9.778.973,84 | 13.782,16 | 0,00 | 0,00 | 3.667.724.913,47 |
| 01/02/2021 | 3.655.309.764,77 | -23.078.839,33 | 0,00 | 13.782,16 | 0,00 | 0,00 | 3.632.244.707,60 |
| 01/03/2021 | 3.631.786.164,46 | 29.836.921,03 | 16.429.161,08 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.678.066.170,20 |
| 01/04/2021 | 3.666.019.816,56 | 45.597.698,15 | 0,00 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.711.631.438,34 |
| 01/05/2021 | 3.707.366.895,62 | 25.419.292,41 | 0,00 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.732.800.111,66 |
| 01/06/2021 | 3.732.918.231,59 | 12.132.388,67 | 7.194.485,60 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.752.259.029,49 |
| 01/07/2021 | 3.753.037.936,92 | -13.365.449,26 | 0,00 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.739.686.411,29 |
| 01/08/2021 | 3.743.108.875,93 | -11.855.222,40 | 0,00 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.731.267.577,16 |

| Período | Saldo Início mês | Rentabilidade | Dividendos + JCP | Aluguéis | Dívida Ativa | PPP + Concessões | Saldo final mês |
|--------------|------------------|---------------------|----------------------|-------------------|--------------|------------------|------------------|
| 01/09/2021 | 3.730.612.959,98 | -23.014.783,89 | 7.641.080,82 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.715.253.180,54 |
| 01/10/2021 | 3.716.794.213,78 | -44.608.521,59 | 0,00 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.672.199.615,82 |
| 01/11/2021 | 3.665.725.029,45 | 24.646.093,98 | 0,00 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.690.385.047,06 |
| 01/12/2021 | 3.548.456.146,94 | 2.507.266,94 | 11.800.000,00 | 13.923,63 | 0,00 | 0,00 | 3.562.777.337,52 |
| MÉDIA | | 4.554.387,21 | 52.843.701,34 | 166.800,62 | 0,00 | 0,00 | |


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Ainda, considerou-se que as receitas deste Fundo serão repassadas ao Plano Financeiro. O quadro seguinte apresenta a projeção destas receitas.

Tabela 1 - Receitas do Fundo Solidário Garantidor

| EXERCÍCIO | Ativo principal do FSG | Receitas do FSG | | | Destinação de recursos do FSG para o Plano Financeiro |
|--------------------|------------------------|----------------------|------------|------------------|---|
| | | Rentabilidade do FSG | Aluguéis | Dividendos e JCP | |
| 2022 a 2096 | 3.562.777.337,52 | 35.627.773,38 | 166.800,62 | 52.843.701,34 | 88.638.275,34 |

Considerando que essa destinação será constante por 75 anos e que a taxa de juros real adotada na Reavaliação Atuarial é de 0,00% (zero por cento), tem-se os resultados a valor presente, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 - Receita Total do Fundo Solidário Garantidor - Valor Presente

| Receita | Total no período (em R\$) |
|--|---------------------------|
| Rentabilidade do Fundo Solidário Garantidor | 2.672.083.003,14 |
| Aluguéis | 12.343.245,88 |
| Dividendos e JCP | 3.963.277.600,50 |
| Destinação de recursos do FSG para Fundo Financeiro | 6.647.870.650,14 |

3. Conclusão

Quanto ao embasamento técnico, devido a limitação de informações para a projeção das receitas do FSG que serão utilizadas pelo Fundo Financeiro do IPREV, optou-se por utilizar da média aritmética simples do último exercício, para cada tipo de fonte de receitas.

No entanto, para o próximo exercício já estão sendo discutidas metodologias para a consideração de taxa de crescimento dessas receitas, bem como dos limites de utilização.”

(grifos nossos)

Análise

59. Para atendimento à diligência plenária, o IPREV/DF solicitou manifestação da Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária. Referida empresa aponta ter obtido as informações relativas aos valores das receitas que serão recebidas pelo FSG. Além disso, ao discorrer sobre o embasamento técnico indica haver limitação de informações para projeção das receitas e acena para utilização de outra metodologia no próximo exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

60. Em que pese a indicação da utilização de média aritmética simples, bem como a discriminação mensal dos valores esperados para cada uma das receitas, não há indicação de valores históricos ou tendências futuras que justifiquem os valores detalhados para dividendos e juros sobre o capital próprio. De igual forma, em relação às receitas de aluguel, não houve indicação da maneira pela qual foi projetada a receita.

61. Compulsando o Relatório de Avaliação Atuarial de 2022, peça 323, identificamos a inclusão do tópico 13.1 com o seguinte teor:

“13.1) Recursos Oriundos do Fundo Solidário Garantidor - FSG

O Fundo Solidário Garantidor é destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias dos Fundo Financeiro de Previdência Social e do Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal. Inicialmente foi composto por todo o patrimônio existente na data da publicação da Lei Complementar nº 932/2017, vinculado ao antigo Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV. Para efeito deste cálculo atuarial, considerou-se que este Fundo conta com um patrimônio de R\$ 3.474.436.600,23 e receberá as seguintes receitas:

- Rentabilidade decorrente da aplicação do patrimônio deste Fundo, com valores projetados considerando rentabilidade real anual de 1,06%, conforme política de investimentos para o exercício 2022;*
- Receita decorrente de aluguéis estimada em R\$ 166.800,62 anuais;*
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP estimados em R\$ 52.843.701,34 anuais”*

62. No aludido Relatório não há referência aos cálculos efetuados para o alcance desses valores, exceto em relação à rentabilidade real anual, ou o embasamento técnico para a estimativa apresentada, de forma semelhante aos relatórios anteriores.

63. Registrou-se na Informação nº 6/2022 – Digem1 que o IPREV/DF em sua manifestação de peça 246 asseverou estar desenvolvendo um método mais eficiente para apuração dos valores de JCP e dividendos, bem como da dívida ativa, e que tal método seria implementado na avaliação atuarial de 2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

64. Conforme registrado acima, não houve modificação no Relatório de Avaliação Atuarial de 2022, não sendo possível identificar se de fato foi desenvolvido o mencionado método de apuração.

65. Verifica-se, portanto, que não foram apresentados elementos suficientes para demonstração dos valores computados na receita total do FSG, de forma clara e transparente, objetivo almejado pelas deliberações desta Casa.

66. Nesse sentido e em face da informação prestada pela empresa de consultoria de que haverá mudança de metodologia com consideração da taxa de crescimento das receitas e dos limites de utilização para projeção das receitas do FSG para o próximo exercício, entendemos necessário reiterar a determinação com atualização para o Relatório de Avaliação Atuarial de 2023, com data-base de 31/12/2022.

67. Considerando que, após diversas solicitações desta Casa, a jurisdicionada ainda não apresentou satisfatoriamente o embasamento técnico e a memória de cálculo que foram utilizados para a projeção das receitas do FSG, entendemos necessário alertá-la sobre a possibilidade aplicação da sanção prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 1/94.

Item VII. c “VII – reiterar ao Iprev/DF: c) a determinação assentada no inciso IV, alínea “b”, da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada no inciso VI, alínea “b”, da Decisão n.º 972/2021, de forma a adotar as providências necessárias, diante das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária, quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF por força da Lei Complementar n.º 917/2016 e da Lei n.º 5.729/2016, em especial os listados nos 6º e 7º blocos de imóveis do referido Plano, para a solução imediata das restrições existentes, de modo a permitir exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor, definidos no art. 73-A da Lei Complementar n.º 769/2008;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Manifestação da jurisdicionada (peça 290)

68. No expediente de peça 290, o IPREV/DF reporta-se ao Despacho – IPREV/DIRIN/UFSG, peça 284, mediante o qual a Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros do Fundo Solidário Garantidor noticia que *“com relação aos imóveis contidos no 6º bloco do referido Plano de Gestão Imobiliário, (SAMAMBAIA QS 401 AE 01 E SHRF II QUADRA CENTRAL 01 AE 1, LOTE 1 – RIACHO FUNDO II) foram atualizadas as suas destinações e estão aptos a serem rentabilizados”*.

69. No que concerne aos imóveis contidos no 7º Bloco do aludido Plano de Gestão Imobiliário, informa que, após anos de tratativas nos autos do Processo 00413-00003540/2018-85, optou-se pela segregação da matéria, nos termos relacionados abaixo, a fim de evitar que eventuais entraves de um assunto interferissem no andamento de outro:

- Processo SEI 00413-00005576/2021-07 – minuta de Projeto de Lei Complementar – PLC com dispositivo para autorização de exploração e rentabilização dos imóveis do Fundo Solidário Garantidor.
- Processo SEI 00413-00003617/2021-12 – processo que trata da solicitação de permuta dos imóveis incapacitados de rentabilização, por motivos de pendências judiciais ou destinação de interesse público.

Análise

70. A partir da resposta do IPREV/DF, peça 290, é possível verificar que houve um avanço em relação às etapas anteriores de fiscalização, uma vez que o Instituto informa que os imóveis contidos no 6º Bloco do Plano de Gestão Imobiliário estão aptos à rentabilização, após a atualização de suas destinações. De acordo, com a Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros do FSG para a realização da recomposição dos valores do Fundo faz-se necessária a reavaliação dos imóveis, nos termos da Lei Complementar nº 917/2016.

71. Nesse sentido, importa destacar que os dois imóveis do Bloco 6 do Plano de Gestão Imobiliária constam da relação de bens a serem avaliados pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

empresa PR1 Engenharia Ltda., vencedora do Pregão Eletrônico nº 116/2022, nos termos relatados nos parágrafos 33/34.

72. Observa-se também um esforço da jurisdicionada em minimizar os entraves na resolução dos óbices à exploração econômica dos imóveis contidos no 7º Bloco do Plano de Gestão Imobiliário. Com tal objetivo, aquele Instituto noticia que serão conduzidos dois processos distintos (um para permuta de imóveis incapacitados de rentabilização e outro destinado à autorização para exploração e rentabilização daqueles imóveis passíveis dessa destinação).

73. Em relação ao Processo 00413-00003617/2021-12, nos termos relatados nos parágrafos 37/41, o IPREV/DF solicitou à Secretaria de Estado de Economia a adoção de providências para realização de permuta dos imóveis não passíveis de rentabilização. Todavia, até a presente data não houve retorno por parte da SEEC/DF, motivo pelo qual estamos sugerindo nova diligência para acompanhamento das medidas a serem adotadas pelas jurisdicionadas.

74. No que concerne ao processo que trata do projeto de lei para rentabilização e exploração dos imóveis destinados ao Fundo Solidário Garantidor, faz-se necessário solicitar o acesso aos aludidos autos para acompanhamento das medidas efetivamente implementadas.

II. Do Sobrestamento

75. Por meio do item VII.a da Decisão nº 972/2021 foi autorizado o sobrestamento da apreciação do mérito das representações constantes do Processo 27.781/17 (apenso), até o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário nº 1.007.271 – STF e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2018.00.2.002901-7 – TJDF.

76. Em consulta ao trâmite das referidas ações judiciais, verificamos que o RE 1.007.271 permanece concluso ao Relator. No caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade, o pedido foi julgado improcedente em 20/10/2018, sendo a decisão atacada por Recurso Extraordinário. Referido RE teve seu provimento negado em 27/08/2021. Posteriormente, foi interposto Agravo Interno/Regimental contra a decisão que negou provimento ao recurso extraordinário, tal peça recursal também

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

não foi acolhida. Assim, houve o trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgada improcedente, em 13/05/2022, peça 331:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR DISTRITAL 932/17. INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO DF E REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DF. EXTINÇÃO DA SEGREGAÇÃO DE MASSAS. JUNCTÃO DE FUNDOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO. POSSIBILIDADE. LEI FEDERAL 9.717/98 E PORTARIAS MPS 402 E 403 (ESTA ÚLTIMA REVOGADA PELA PORTARIA 464/2018). USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO. AUSÊNCIA. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DO DF. VIOLAÇÃO AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL. INEXISTÊNCIA. 1. Não há inépcia da inicial se foi feita a indicação expressa do dispositivo legal tido por violador da norma da LODF. 2. Lei Complementar que determina a extinção da segregação de massas de servidores com a junção dos regimes financeiro e previdenciário e a instituição de nova segregação de massas não importa em incompatibilidade com a Lei Orgânica do DF por não violar norma federal no exercício da competência suplementar do Distrito Federal. 3. O artigo 44 da LC 932/2017 não viola o equilíbrio financeiro e atuarial previsto no artigo 40 § 1º, da LODF. 4. Julgou-se improcedente a ação direta de inconstitucionalidade.

77. Entretanto, considerando que o Recurso Extraordinário nº 1.007.271 ainda não recebeu julgamento definitivo, entendemos que deve ser mantido o sobrestamento autorizado pelo item VIII.a da Decisão nº 972/2021.

II. Conclusão

78. A partir do exame das informações e documentos encaminhados pelas jurisdicionadas em face da Decisão nº 428/2022, elaboramos o quadro abaixo com as conclusões obtidas e as proposições sugeridas:

| Itens Decisão nº 428/2022 | Conclusão | Proposta | Ref (§§) |
|---------------------------|---|---------------------------|------------|
| III.a | Atendido (informações prestadas) | - | 14/16 |
| III.b | Parcialmente atendido (informações satisfatórias) | Reiteração | 19/25 |
| IV | Não houve manifestação | Renovação da recomendação | 27/30 |
| V | Atendido (disponibilização dos processos) | Nova determinação | 32/42 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

| | | | |
|-------|--|-----------------------|-------|
| VI | Não atendido | Reiteração com alerta | 45/49 |
| VII.a | Não atendido | Reiteração com alerta | 51/56 |
| VII.b | Não atendido | Reiteração com alerta | 59/67 |
| VII.c | Parcialmente atendido (informações satisfatórias) | Nova determinação | 70/74 |

Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Tribunal que:

- I. tome conhecimento do(a)(s):
 - a) Ofício nº 280/2022 – IPREV/PRESI, peça 290, e dos documentos que o acompanham, peças 266/289;
 - b) Processos SEI nºs 00413-00003255/2021-60, 00413-00002921/2021-42 e 004133-00003617/2021-12, associados aos autos conforme Termo de peça 330;
 - c) Ofício nº 368/2022 – IPREV/PRESI, peça 329, acompanhado dos documentos constantes das peças 321, 322 e 324/328;
 - d) Relatório de Avaliação Atuarial de 2022 dos planos previdenciários administrados pelo IPREV/DF, peça 323;
 - e) Ofício nº 3468/2022 – SEEC/GAB, peça 307, e dos documentos que o acompanham, peças 295/306;
 - f) Ofício nº 270/2022 – GAG/CJ, peça 314, e seus anexos, peças 315/319;
 - g) do trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2018.00.2.002901-7 – TJDFT, peça 331;
- II. considere, com relação à Decisão nº 428/2022:
 - a) atendidos os itens III.a e V;
 - b) parcialmente atendidos os itens III.b e VII.c;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- b) não observada a recomendação constante do item IV;
- b) não atendidos os itens VI, VII.a e VII.b;
- III. recomende ao Sr. Governador do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF que, ante as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2041, conforme Avaliação Atuarial de 2021, sejam adotadas medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal;
- IV. determine ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, preste informações atualizadas sobre:
 - a) o resultado da avaliação dos imóveis realizada pela empresa contratada por meio do Pregão Eletrônico nº 116/2022 e as medidas subsequentes para o completo atendimento da deliberação constante do item II.b da Decisão nº 3.281/2017, no sentido de que ao realizar o acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizados, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs 899/16 e 920/17, inclua na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obteria se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF;
 - b) as providências adotadas no Processo SEI 00413-00003617/2021-12 relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público, são incapacitados de rentabilização;
- V. determine ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, disponibilize acesso integral ao Processo 00413-00005576/2021-07, mediante link com validade mínima de um ano, para o e-mail *segem.gab@tc.df.gov.br*;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- VI. determine ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, informem o resultado da análise de viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido na Avaliação Atuarial de 2022, para financiamento do déficit técnico atual do Plano Previdenciário, alertando-os que, o descumprimento da deliberação plenária, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/94;
- VII. reitere ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, alertando-o para possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 1/94:
 - a) a determinação constante do inciso VI.c da Decisão nº 972/2021, reiterada pelo item VII.a da Decisão nº 428/2022, no sentido de divulgar, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, as informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS 519/11, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”;
 - b) a determinação constante do item IV.a da Decisão nº 3.598/2019, reiterada pelos itens VI.a da Decisão nº 972/2021 e VII.b da Decisão nº 428/2022, para que, doravante, inclua nas avaliações atuarias relativas ao RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuarias, a verificação dos critérios adotados;
- VIII. autorize a disponibilização desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida aos órgãos e entidades nominados nos itens anteriores para conhecimento do seu teor e para subsidiar o cumprimento das diligências;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

IX. restitua os autos à Segem para os devidos fins.

À superior consideração,

Assinatura Eletrônica

ELIANE LEITE DE SOUSA RODRIGUES
ACE - 553-3